

Representações da população em situação de rua nos Veículos midiáticos do Rio Grande do Norte

Representations of the homeless population in the media vehicles of Rio Grande do Norte

Maria Laudinete de Menezes Oliveira¹

Kyara Maria de Almeida Vieira²

Resumo: Buscamos com esse trabalho questionar as relações de poder que culminam nas diversas formas de representação e de discursos que buscam definir as identidades da População em Situação de Rua. Metodologicamente, a pesquisa foi realizada nos portais: *Agora RN*, *Portal do RN* e *Saiba Mais*. Observamos, através dos dados coletados, que os diferentes léxicos explorados nos discursos e abordados pela mídia para se referir a PSR, buscam adjectivar, classificar, diferenciar e representar essa população, refletindo no modo que as diversas identidades vão sendo construídas e estabelecidas em um movimento histórico de negação e de diferença, sustentadas em discursos de incômodo e risco.

Palavras-chave: População em Situação de Rua; Representação; Identidade; Movimento Histórico.

Abstract: With this work, we seek to question the power relations that culminate in the various forms of representation and discourses that seek to define the identities of the Homeless Population. We observed, through the data collected in the Portals used in the research, namely: *Agora RN*, *Portal do RN* and *Saiba Mais*, that the different lexicons explored in the speeches and approached by the media to refer to PSR, seek to adjective, classify, differentiate and represent this population, reflecting on the way in which the various identities are being constructed and established in a historical movement of denial and difference, supported by discourses of discomfort and risk.

Keywords: Homeless Population; Representation; Identity; Historical Movement.

¹ Enfermeira e Mestre do Programa de Pós-graduação em Cognição, Tecnologias e Instituições - PPGCTI pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: laudINETTE.net@gmail.com

² Doutora em História/ Kyara Maria de Almeida Vieira/ Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). E-mail: kyara.almeida@ufersa.edu.br

Introdução

A partir de março de 2020, diante da eclosão e intensificação dos efeitos da pandemia no Brasil, observa-se a busca por iniciativas governamentais para assistir aos grupos mais vulneráveis diante das necessidades de subsistência, saúde, isolamento e distanciamento social. Embora o cotidiano da população em situação de rua (PSR) seja costumeiramente marcado pela invisibilidade, eventualmente um acontecimento envolvendo esse grupo social faz com que o mesmo se torne pauta de agendas e discussões públicas, e dessa forma, alvo de cobertura midiática.

Nesse contexto de pandemia, essa população se tornou foco de reportagens e notícias veiculadas pela mídia, não apenas pelos casos de violência como é comumente noticiado, mas pela emergência de atenção à PSR, diante de toda a “sorte” de dramas e demandas que essa população congrega e que não raro são subestimados e naturalizados. Contudo, as reportagens e notícias voltadas para a PSR nos chamaram a atenção, não apenas por tratarem, de forma específica, das dificuldades que essas pessoas têm enfrentado diante do contexto da Pandemia do COVID-19, mas, principalmente, pelas formas que essa população é representada nesses veículos midiáticos.

No jogo de forças sociais que configuram a ordem vigente, os veículos midiáticos são conhecidos como uma das principais vias de comunicação e de formação da opinião pública. O que é divulgado adquire o status de verdade e, muitas vezes, pode ser reproduzido de forma a-crítica (OLIVEIRA; FEITOSA, 2015). Desta maneira, é inegável a participação dos meios de comunicação na formulação de representações acerca das mais variadas temáticas.

As representações midiáticas acerca da PSR envolvem discursos que representam não só o contexto social da situação de rua, mas também as pessoas que estão inseridas nesse processo. Tais representações, a depender do modo que são veiculadas, podem influenciar os modos como a sociedade compreende essa vulnerabilidade social e reage a ela, bem como os modos como pessoas que enfrentam a situação de rua se identificam e se relacionam com o meio social.

Sendo assim, identificar as mídias como produtoras de discursos e,

portanto, como promotoras de ressignificação de práticas sociais, é indispensável quando se deseja considerar as formas que as pessoas em situação de rua são representadas por esses veículos de informação, refletindo acerca da (des)construção da identidade dessa parcela da população.

Portanto, o presente artigo objetiva pesquisar as representações de sujeito na produção discursiva dos veículos midiáticos digitais sobre a população em situação de rua. Buscamos abordar como os diferentes discursos, dos diversos atores sociais, são explorados pela mídia de modo a representar a população em situação de rua e como as identidades vão sendo construídas no e pelo olhar do outro, através desses discursos.

Para atender o objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa de abordagem qualitativa e de caráter documental, considerando as matérias jornalísticas sobre a PSR, veiculadas através de portais digitais de abrangência estadual no Rio Grande do Norte (RN), a saber: Agora RN, Portal do RN e Saiba Mais.³ O *corpus* da pesquisa foi composto, portanto, pelas reportagens e notícias dos portais estaduais e que resultarão das buscas pelos sintagmas associadas à situação de rua, a saber: “morador(as)(es) de rua”, “pessoa(s) em situação de rua” e “população (em situação) de rua”. O recorte temporal das reportagens/notícias foram os anos de 2020 a 2021. Esse recorte visou analisar o *corpus* da pesquisa levando em conta um período atípico em decorrência da pandemia do COVID-19, sobretudo para as pessoas em situação de rua.

A coleta nesses portais foi realizada no dia 28/07/2021, portanto, as reportagens do ano de 2021 foram limitadas a esse período. Ao utilizarmos os sintagmas nominais e o recorte temporal elencado para a pesquisa encontramos 31 reportagens no Portal Agora RN, sendo que 25 foram referentes ao

³ O portal Agora RN se intitula enquanto grupo e empresa jornalística formada por três veículos de comunicação: Jornal Impresso, Portal de Notícias e Rádio FM. Nasceu com o propósito de exercer um jornalismo livre, independente e de interesse público. Fundado em 2014 pelo empresário Alex Viana, jornalista, formado pela UFRN, com passagens pelos principais veículos de comunicação da capital do Estado (AGORA RN, 2022). Já o Portal do RN é um site de notícias estabelecido no Estado do Rio Grande do Norte, que nasceu com a missão de trazer informações sobre acontecimentos do cotidiano a todos os segmentos da população com credibilidade, autonomia, ética e isenção (PORTAL do RN, 2022). O portal Saiba Mais é uma agência de reportagem e jornalismo que se intitula enquanto independente e sem fins lucrativos, formada por um coletivo de profissionais de comunicação pautada pela defesa dos direitos humanos, das liberdades individuais e da democracia. Apresenta como principal missão a

ano de 2020 e 06 reportagens referente ao ano de 2021. O Portal do RN nos trouxe 06 reportagens referentes ao ano de 2020 e 05 reportagens referentes ao ano de 2021. Já no Portal Saiba Mais encontramos 23 reportagens referentes ao ano de 2020 e 13 reportagens referentes ao ano de 2021. Totalizaram-se 78 reportagens. Ao fazermos leitura aprofundada excluímos da amostra reportagens duplicadas ou que não fizesse referência a PSR, restando para a análise 31 reportagens.

Enquanto referencial teórico, dialogamos com autores/as que realizaram pesquisas sobre PSR, a exemplo de Rosa et al (2005), Escorel (1999) e Resende e Santos (2016). Dois conceitos centrais respaldaram os caminhos de pesquisa e análise, que foram os conceitos de representação e identidade. Compreendemos os discursos que foram pesquisados e selecionados para serem problematizados como modos de representação (HALL, 2000; WOODWARD, 2000). Para a análise do corpus da pesquisa nos apropriamos da Análise do Discurso Crítica (ADC) com base na vertente de Fairclough (2003), este que compreende o discurso enquanto prática social.

Representação da PSR: identidades fixas ou cambiantes?

Para problematizar os discursos acerca de representação e identidade, nos apoiamos em autores como Silva, Hall e Woodward (2008) que, ancorados em Estudos Culturais sobre identidade, consideram as formas de representação como elementos importantes para a construção das identidades sociais. Os estudos sobre essa perspectiva se justificam, portanto, através do entendimento de que a identidade está vinculada às condições sociais e materiais, e serve para incluir ou excluir grupos dentro de uma sociedade (SILVA; HALL; WOODWARD, 2008).

A partir das variadas formas de nomeação, adjetivação, diferenciação e representação, os diferentes grupos sociais constroem e demarcam suas diferenças identitárias, de como “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2008, p. 08).

Os autores nos quais aqui nos apoiamos, discutem o conceito de representação, concebendo-a como um sistema de significação que incorpora as características atribuídas à linguagem como “indeterminação, ambiguidade e instabilidade” (SILVA, 2008, p. 91). Ainda segundo esse autor, enquanto sistema de significação, a representação é também uma forma de atribuição de sentido e “como tal, a representação é um sistema linguístico e cultural: arbitrário, indeterminado e estreitamente ligado a relações de poder” (SILVA, 2008, p. 91).

Diante dessa compreensão, “a representação inclui as práticas de significação e os sistemas simbólicos por meio dos quais os significados são produzidos” (WOODWARD, 2008, p. 17), e por meio desses significados damos sentido à nossa experiência, àquilo que somos e o que podemos nos tornar. Ainda de acordo com a autora, todas “as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído” (WOODWARD, 2008, p. 18).

Nesse sentido, “os discursos e os sistemas de representação constroem os lugares a partir dos quais os indivíduos podem se posicionar e a partir dos quais podem falar” (WOODWARD, 2008, p. 17), e é assim que observamos a intrínseca relação entre representação e identidade. Para Woodward a representação estabelece identidades individuais e coletivas, sendo que “os sistemas simbólicos nos quais ela se baseia fornecem possíveis respostas às questões: Quem eu sou? O que eu poderia ser? Quem eu quero ser?” (WOODWARD, 2008, p. 17).

Observamos que é através dos sistemas de representação que reivindicamos nossas posições na sociedade, nossas identidades e nossos lugares no mundo. É daqui também que decorre a importância dos estudos envolvendo representações e construções identitárias, já que há “uma estreita relação entre as questões de representação, marcação da diferença e construção de identidade” (FREITAS, 2006, p. 240).

Para atender essa problemática, consideramos inicialmente, os léxicos utilizados para se referir e avaliar essa população, como apresentado nos próximos subtópicos. Optamos por iniciar a análise através desses léxicos após leitura prévia do material de estudo, em que observamos a diversidade de ter-

mos e expressões utilizados para referenciar a PSR e que, comumente, são utilizados para representá-la, disseminando-se como conhecimento socialmente partilhado, com impactos na construção de suas identidades.

Modos de referenciar a PSR

Segundo o linguista suíço Ferdinand de Saussure (1999), a linguagem é, fundamentalmente, um sistema de diferenças. Nesse sentido, pontuamos que os modos de referências citados para nomear a PSR funcionam como ato de diferenciação, onde ao afirmar que "alguém é isto" afirma-se, ao mesmo tempo, que "não sou isto", em um movimento constante em que a diferença é estabelecida. Partindo desse suporte teórico, iniciaremos a exploração dos nossos dados de análise. Construímos o Quadro 1, a seguir, através de léxicos que foram identificados nas reportagens, nos diversos discursos dos atores sociais convocados para falar da PSR, acompanhados pela quantificação desses léxicos, no intuito de observarmos a recorrência desses nos textos/discursos.

Quadro 1: Modos de referenciar a PSR

Modos de referência a PSR	Quantidade de vezes
Pessoa/as	96
Pessoa/as em Situação de Rua	66
População em Situação de Rua	59
Situação de Rua	22
Famílias	22
População de Rua	19
Usuários/as	16
Morador/a/es de Rua	16
Ela/Ele/Elas/Eles	14
Abrigado/a/os/as	12
População	11
Moradores	07
Adultos	03
Pessoas sem teto	03
Nailton	03
Famílias em Situação de Rua	02

Público-alvo	02
Público	02
Pessoas em Vulnerabilidade	02
Ativistas	02
Populares	02
Pessoas em Situação de Vulnerabilidade	02
Paciente	02
Famílias Abrigadas	02
Mulheres	02
Idosos/as	02
Pessoas de Rua	01
Jovens	01
Acolhidos/as	01
Indivíduos	01
Moradores em Situação de Rua	01
Marcelo Leonardo	01
Sem teto	01
População Vulnerabilizada	01
População em Situação de Vulnerabilidade	01
Vítima	01
Moradores em Situação de Vulnerabilidade	01
Adeilson	01
Categoria	01
Moradores do Abrigo	01
Mendigo	01
Crianças	01
Desabrigados	01
Cadeirante João Maria Eduardo	01
Homem	01
Dependentes Químicos em Situação de Rua	01
Adolescentes	01

Fonte: Autora (2020)

Através do quadro observamos que a expressão “em situação de rua” foi um dos principais modos de referência à PSR com 22 referências no texto, além disso, ela aparece em outras expressões como “População em Situação de Rua”, com 59 referências; “Pessoa/as em Situação de Rua”, com 66 refe-

rências; “Famílias em Situação de Rua” com 02 referências; “Moradores em Situação de Rua” e “Dependentes Químicos em Situação de Rua”, ambos com frequência 01 no corpus textual.

A alta frequência dos modos de referência “População em Situação de Rua” e “Pessoa/as em Situação de Rua” já era esperada, já que se configuraram como elementos de busca na coleta de dados. No entanto, se tornam elementos analíticos relevantes, já que na leitura das reportagens, observamos que tais expressões soam como uma expressão politizada, posto que aparece em sua maioria em siglas oficiais, como a sigla do Movimento Nacional da População em Situação de Rua⁴ no Rio Grande do Norte (MNPR/RN) e principalmente nos discursos dos representantes desse movimento.

Na reportagem intitulada “**Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal**”, o representante do MNPR/RN problematiza sobre essa expressão: “Há cerca de oito anos, o Movimento Nacional População em Situação de Rua conseguiu mudar a nomenclatura de Moradores de Rua para Pessoas em Situação de Rua, por entender que se houver políticas públicas as pessoas sairão dessa condição” (SÁ, 2020).

A expressão “População em Situação de Rua” é adotada pelos movimentos sociais e também por documentos oficiais referentes às políticas públicas, portarias e leis, pois é considerada hoje como a expressão mais próxima da realidade dessa população, e visa caracterizar o princípio da transitoriedade deste processo de intensa exclusão social, mesmo que no fundo, muitos saibam que sair da rua não é simples. Essa expressão também busca tirar a culpabilização e o estigma presente nos diversos termos, histórica-

⁴O MNPR nasceu em 2007, com o intuito de combater o cenário de forte desigualdade e exclusão, através da legitimação da voz da situação de rua nas demandas das políticas sociais brasileiras. Segundo Santos (2012), os primeiros passos para a constituição do movimento ocorreram em 2001, quando os moradores de rua de São Paulo participaram em Brasília da “I Marcha Nacional da População de Rua”, no dia 7 de junho. Além disso, diversos episódios de violência e de barbáries contra pessoas em situação de rua foram determinantes para fortalecer o movimento, entre eles o assassinato do Índio Galdino no ano de 1997, “cometido de maneira brutal por jovens de classe média na cidade de Brasília, com a justificativa de que o mataram porque pensaram que se tratava de um mendigo” (SANTOS, 2012, p. 27). Outro acontecimento decisivo e que incentivou a organização do movimento foi a “Chacina da Praça da Sé”, em 2004, que foi um episódio violento contra um grupo de pessoas em situação de rua que dormiam no centro da cidade de São Paulo e que culminou no assassinato de 07 pessoas, sendo que ninguém foi indiciado ou preso pelo crime. Para Moreira (2012) o movimento nasceu de sofrimentos e da violação dos direitos das pessoas em situação de rua, e tem um “bum” (grifos do autor) nesse episódio da Praça da Sé. Desde então, o movimento cresceu e hoje atua em 18 estados brasileiros (MPRN, 2022).

mente criados, para nomear essa população.

As expressões “população em situação de rua” e “pessoa em situação de rua” enfatizam “a situacionalidade da experiência nas ruas (...) definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível” (SCHUCH; GEHLEN, 2012, p. 17), “sem essencializar essa condição e dando visibilidade às múltiplas formas de entrar, ficar, estar, usar, reivindicar e, também, sair da rua” (PEREIRA, 2019, p. 83).

Observa-se a frequência com que os termos “Moradores”, com 07 ocorrências, “Morador/a/es de Rua” com 16 ocorrências e “Moradores em Situação de Rua” com 01 ocorrência, aparecem no corpus textual, como sinônimos da expressão “Morador de Rua”. Importante trazer a essa discussão as expressões “População de Rua” com 19 ocorrências e “Pessoas de Rua” com 01 ocorrência.

A expressão “morador de rua” reflete a ausência de moradia convencional, nos termos que se entende moradia, e devido a isso essa população passa a utilizar a rua como alternativa de moradia. A ausência de moradia convencional é justamente o que caracteriza e marginaliza essa população, expondo a contradição e naturalização da situação de rua. De acordo com Pimenta (2019) a expressão “pessoa em situação de rua” busca superar as limitações de termos como “morador de rua”, que os coloca em uma situação fixa, em uma condição específica, caracterizada por um conjunto de carências.

Nessas expressões, observam-se dois pontos importantes, que o elemento “de rua” traz: o vínculo forte dessa categoria com a rua e que a mesma expressão busca evidenciar um traço da identidade dessa população. São expressões que funcionam como elementos de identificação nos diversos discursos.

Essa expressão pode significar o que Derrida chamou de signo. “O signo é um sinal, uma marca, um traço que está no lugar de uma outra coisa, a qual pode ser um objeto concreto, um conceito ligado a um objeto concreto ou um conceito abstrato” (DERRIDA, 1967 *apud* SILVA, 2008 p. 78). O signo não coincide com a coisa ou o conceito, “mas a natureza da linguagem é tal que não podemos deixar de ter a ilusão de ver o signo como uma presença, isto é,

de ver no signo a presença do referente (a "coisa") ou do conceito" (DERRIDA, 1967 *apud* SILVA, 2008 p. 78).

Derrida acrescenta a isso, a ideia de traço: "o signo carrega também o traço daquilo que ele não é, ou seja, precisamente da diferença". A expressão "de rua" soa como um signo, que contém em si mesma, portanto, o traço do outro, da diferença. É como afirma Silva (2008, p.80): "um determinado signo só é o que é porque ele não é um outro, nem aquele outro etc., ou seja, sua existência é marcada unicamente pela diferença que sobrevive em cada signo como traço, como fantasma e assombração, se podemos assim dizer".

O léxico "morador" traz a representação do humano, ao passo que "de rua" o aproxima da representação da objetivação, que segundo Van Leeuwen (1997), a objetivação é vista quando atores sociais são representados por referência a um local ou a algo associado à sua pessoa ou a sua atividade. Nesse sentido, retomamos a citação de Vieira, Bezerra e Rosa (2004); para elas, a depender da relação estabelecida entre a pessoa e a rua, diferentes nomeações são construídas para identificar tal relação, como exemplo as nomeações "ficar na rua", "estar na rua", "ser da rua", sendo que cada nomeação vai de encontro com o vínculo temporal e relacional que as pessoas mantem com as ruas.

Para Furini (2010) o tempo vivido na rua é um elemento agravante nesse processo, pois quanto maiores forem os lapsos de tempo que permanecem, circunstancial ou recentemente nas ruas, maiores as probabilidades de tornarem-se permanentes como seres da rua, pois a rua passa a ser o lugar de referência e de relações, que compõem as suas identidades.

A expressão "Pessoa/as" foi a que teve mais ocorrência, aparecendo 96 vezes nos discursos. Acreditamos que "pessoa/as", enquanto substantivo entra em um padrão normal do discurso, tendo em vista que se está falando exatamente de pessoas, por isso a necessidade de sempre referenciar a elas para dar sentido ao discurso. Além disso, "Pessoa" traz uma representação individual na fala, assim como "Indivíduo" que teve 01 ocorrência. Se observarmos, por exemplo, "População" que teve 11 ocorrências e "Público" com 02 ocorrências, percebemos que a representação individual se sobressai diante da representação de coletivo. Os pronomes pessoais "Ela/Ele/Elas/Eles" apa-

recem 14 vezes nos discursos como modos de referência para a PSR.

Poderíamos só dizer que aqui esses pronomes são utilizados como forma de retomar a presença da pessoa de quem se fala no discurso, exercendo, portanto, uma das suas funções gramaticais. Mas, como já discutimos, a afirmação da identidade se dá sempre pela marcação da diferença, dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora (SILVA, 2008). Portanto, os pronomes "Ela/Ele/Elas/Eles" não são, aqui, apenas simples categorias gramaticais, mas, são também evidentes indicadores de diferenças, fortemente marcados por relações de poder, que atribuem barreiras sociais entre as pessoas. Aqui, mais especificamente, estabelece os limites entre elas/eles que estão em situação de rua e todas as demais pessoas.

Classificar o mundo social entre o que "eu sou" e o "que o outro é" torna-se um ato de significação pelo qual dividimos e ordenamos o mundo social em grupos. Para Silva, "a identidade e a diferença estão estreitamente relacionadas às formas pelas quais a sociedade produz e utiliza essas classificações" e complementa: "a mais importante forma de classificação é aquela que se estrutura em torno de oposições binárias, isto é, em torno de duas classes polarizadas" (SILVA, 2008, p. 82).

Para Derrida (1967) as oposições binárias não expressam uma simples divisão de mundo em duas classes simétricas: em uma oposição binária, um dos termos é sempre privilegiado, recebendo um valor positivo, enquanto o outro recebe uma carga negativa. As relações de identidade e diferença ordenam-se, todas, em torno de oposições binárias: nós/eles, masculino/feminino, branco/negro, heterossexual/homossexual. Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder.

Resultados relevantes também aparecem quando observamos os modos de referências: "pessoas sem teto", com 03 referências; "sem teto", com 01 referência; e "mendigo", com 01 referência. Ao longo do tempo, diversos atos de designação foram construídos com o objetivo de caracterizar as pessoas que viviam e vivem nas ruas, mas, principalmente, com o objetivo de uni-

formizar essas pessoas através de termos exclusivamente pejorativos, como “mendigos” ou “pedintes”.

No Dicionário Etimológico, a palavra “mendigo” vem do latim *mendicus*, em que *mend* significa defeito físico: referência a pessoas com deficiência ou mutiladas de guerra ou de acidentes de trabalho, que não podiam trabalhar e dependiam de caridade. Esse termo vem sendo utilizado desde o período pré-moderno com essa conotação.

Já a expressão “Sem teto” eterniza a situação de carência que essa população vivencia. Tais palavras estão em desuso na academia por estarem carregadas de sentidos pejorativos, e, portanto, se vincularem a esse campo semântico, apesar de que no cotidiano, tais nomes ainda sejam utilizados com bastante fluidez.

A expressão “Dependentes Químicos em Situação de Rua” traz como elemento identificador a referência às drogas. Essa referência é feita na reportagem “**Governo fará cadastro de entidades para acolher população de rua**”, quando se lê: “será feita parceria com comunidades terapêuticas para acolhimento de dependentes químicos em situação de rua, com a cobertura da Secretaria Nacional Antidrogas” (AGORA RN, 2020).

Nessa assertiva há uma interligação entre duas problemáticas: o uso de drogas e a situação de rua. Comumente, as notícias tendem a tratar essas problemáticas sempre como sinônimos, como se toda pessoa em situação de rua fizesse uso e abuso de drogas. Na reportagem em questão, no entanto, foi possível observar que houve distinção entre as pessoas em situação de drogadição, das pessoas em situação de rua, diferenciadas inclusive pela expressão com as quais foram referenciadas.

Na reportagem intitulada “**Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal**”, observa-se novamente a associação entre a PSR e o uso de drogas, como podemos observar no trecho a seguir: “São várias questões que nos levam a ficar em situação de rua (...) drogas lícitas e ilícitas” (SÁ, 2020). Nessa reportagem o MNPS/RN é questionado sobre os motivos que levam a PSR viver nas ruas e cita entre outros motivos, o uso de drogas como uma das causas do viver na rua.

É frequente a associação em notícias da PSR e o uso de drogas, inclusive associando o uso de drogas ao processo de adentrar as ruas. Sob essa perspectiva, as drogas podem apresentar-se tanto como determinantes do ir para rua, como ser consequência desse processo, bem como do continuar na rua.

Ainda na mesma reportagem, quando questionado sobre as razões da violência às pessoas em situação de rua e por que esses casos são abordados de maneira sutil pela mídia brasileira, o representante do movimento traz a seguinte fala:

Daí alguns veículos da mídia brasileira abordam mortes, agressões, violências e violações dos direitos humanos e sociais para e com a população em situação de rua no viés da utilização de drogas, e com isso escondem as desigualdades sociais históricas que acompanham a população em situação de rua (SÁ, 2020).

A fala em questão denuncia a homogeneização do discurso da mídia ao abordar a violência sofrida pela PSR, justificando-a sob o argumento de que são usuários de drogas. A naturalização da violência contra a PSR sob o viés da utilização de drogas trata-se de uma construção social, que demarca os valores, como se fossem generalizantes e aceitos como verdade, e tem efeitos reais na construção das identidades da PSR, já que consideramos que “quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade” (SILVA, 2008, p. 91).

A identidade, tal como a diferença, são uma relação social, e são resultado de um processo de produção simbólica e discursiva, que está sujeita a vetores de força, a relações de poder, “elas não são simplesmente definidas; elas são impostas. Elas não convivem harmoniosamente, lado a lado, em um campo sem hierarquias; elas são disputadas” (SILVA, 2008, p. 81).

Os discursos dos diversos atores sociais, através da mídia, exercem aqui a função de construir e demarcar diferenças identitárias. Uma vez que essas diferenças são demarcadas, operam uma separação entre um grupo privilegiado em oposição a outro grupo que é posicionado e que, portanto, não goza do direito de poder dizer, fazer e ser neste mundo (HALL, 2008).

Nestas situações, a mídia, ao reduzir as circunstâncias da violência à estigmatização do uso de drogas, se apoia no viés da moralidade para atuar

como elemento constitutivo da formação de opinião pública. É esse o conteúdo que concede visibilidade a certas realidades enquanto invisibiliza outras.

Woodward (2008, p. 14) nos alerta para os perigos de se marcar simbolicamente um grupo como inimigo ou tabu, pois “isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá desvantagens materiais”. Portanto, cabe a nós o questionamento do papel da mídia na perpetuação de práticas de discriminação em relação à PSR e, de como esses discursos, que muitas vezes aparecem como naturalizados, promovem a aceitação de certas atitudes de um grupo em relação a outro.

Observamos, através do Quadro 01, a presença de referências pelo nome próprio das pessoas em situação de rua, apesar de menos constante. Observamos que das 31 reportagens, apenas em 03 aparecem os nomes de 04 pessoas, são elas: Marcelo Leonardo, Nailton, Adeilson e João Maria Eduardo.⁵

A referência pelo nome dessas pessoas nas reportagens nos permite observar a individualização da situação de rua, já que a referência pelo nome próprio ocorreu quando foi dada voz a essa pessoa na reportagem, permitindo que a mesma fale sobre a sua situação, sobre a sua experiência, permitindo a abertura de espaço para a singularidade dessa experiência, já que, na maioria das vezes, o que predomina é a generalização da pessoa e de suas vivências, e que outras vozes sejam convocadas para falar em nome da PSR.

Importante pontuar, no entanto, que ao referir-se a pessoa de João Maria Eduardo, o termo cadeirante antecedeu o seu nome. Essa forma de expressão se configura como uma representação da objetivação da pessoa, uma vez que é dada ênfase ao instrumento que a pessoa usa para locomoção e que, portanto, marca sua condição de portador de deficiência, como se a pessoa se resumisse a essa condição. Ao mesmo tempo, nomeá-lo cadeirante João Maria Eduardo permite ampliar a dimensão dos variados grupos de pessoas que estão em situação rua, o que borra as tentativas de homogeneizar a PSR.

⁵ Durante a finalização desse trabalho nos deparamos com a notícia da morte de João Maria Duarte Bonifácio, atropelado ao atravessar a rua em sua cadeira de rodas, na faixa de pedestre, próximo ao Viaduto do Baldo. Ver: <https://g1.globo.com/rn/rio-grande-do-norte/noticia/2022/02/16/cadeirante-morre-apos-ser-atropelado-em-faixa-de-pedestres-em-natal-video-mostra-acidente.ghtml>

As referências que associam a PSR às situações de risco e de vulnerabilidade, também nos chamou atenção, pois conferem uma representação mais explanatória da situação de rua, já que estar na rua “é estar vulnerável às variações climáticas, aos desconfortos da falta de abrigo e privacidade, mas também ao insulto moral e à discriminação, à rejeição velada ou explícita” (PIMENTA, 2019, p. 101).

Se, por um lado, tais expressões expõem a vulnerabilidade social dessa população, o que demanda atenção pública, por outro, a representação dessa problemática, apenas cita a existência de pessoas em situação de vulnerabilidade nas ruas, mas não problematiza essa situação, de modo que essa representação omite a sua complexidade. Assim, observamos a naturalização da vulnerabilidade da situação de rua, que deixa de ser percebida como um problema e “pode ter como efeito que deixe de ser percebida como uma injustiça à qual se deve responder com ação política” (RESENDE, 2015, p. 114).

As reportagens omitem, por exemplo, a responsabilidade do poder público sobre os aspectos dessa vulnerabilidade, conforme observamos no trecho abaixo:

Com a chegada do COVID-19, o drama social ainda fica pior. Após mais de uma semana em que diversos decretos e portarias foram publicadas pela União, Estados e Municípios, o município de Natal foi provocado por alguns parlamentares, pelos representantes, apoiadores e apoiadoras do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RN (MNPR/RN) e outras entidades locais a tomar medidas efetivas para proteger essa população, que até o momento vinha contando apenas com doações provenientes de campanhas de sensibilização da sociedade civil nas redes sociais para receber alimentos, produtos de higiene, remédios, entre outros itens básicos (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020).

Nos termos de Van Leeuwen (2008), ocorre aqui a supressão do ator social “Estado”, chegando a situação caótica: “(...) se não fosse à sociedade civil organizada, a população de rua não seria afetada somente pela COVID-19, mas também pela fome e sede, afirma Vanilson” (SÁ, 2021). As reportagens afirmam que essa população está em situação de vulnerabilidade, mas o Estado não se coloca enquanto corresponsável por essa situação, sendo essa responsabilidade transferida, na maioria das vezes, a sociedade civil e aos movimentos sociais e não raramente a própria PSR, como resultado de esco-

lhas próprias e individuais que as colocaram nessa situação e não como sendo uma situação que tem origem em diversas determinações sociais.

Portanto, os modos que a PSR é representada influencia a produção discursiva acerca da vulnerabilidade social, silenciando qualquer possibilidade de apreensão dos processos que levam a essa condição. A problemática da situação de rua não é apenas estrutural, mas também discursiva e reproduzida pelos discursos sociais.

Então as representações que ora concebem a população o status de “vulnerável”, sob a perspectiva do abandono, da passividade e da impotência, também são as mesmas que ora os concebe como responsáveis pela sua própria condição social, enquanto “sujeitos desviantes, vagabundos inadaptáveis ao trabalho e, portanto, ameaçadores da ordem pública por seu potencial criminoso” (LEMÕES, 2013, p. 41).

As questões de caráter sociocultural, diante de um cenário pós-moderno, em que a demarcação de identidade é marcada por tensões e relações conflituosas entre os agentes sociais, irrompem os limites de velhos dilemas entre indivíduos e sociedade. Nessa conjuntura social observa-se a disseminação do pensamento etnocêntrico, individualista, de supervalorização do “eu”, em rejeição à presença do “outro”, baseando-se no relativismo, na deslegitimação, como elemento marcador de representações identitárias na contemporaneidade (LIMA e SILVA, 2017).

Quando trazemos a tona os discursos voltados a PSR, esta tônica é acentuada, pois se configuram como um meio de manutenção das desigualdades sociais, através do uso de léxicos, por vezes simbólicos e indiretos, que são utilizados como mecanismos de coerção e exclusão social, tornando ainda mais difícil a desconstrução do preconceito e de “rótulos” historicamente construídos para se referir a essa população.

Observamos, portanto, como os diferentes léxicos explorados nos discursos abordados pela mídia, buscam adjetivar, classificar, diferenciar e representar a população em situação de rua, interferindo no modo como as diversas identidades vão sendo construídas, estabelecidas e demarcadas. O próximo subtópico apresenta uma discussão acerca da problemática evidenciada nessa relação de conflito entre o “eu” e o “outro”, marcada pela negação do

“outro” em autoafirmação ao “eu”, através de léxicos que buscam avaliar a PSR.

Modos de avaliação da PSR

A pesquisa permitiu identificar os modos de avaliação da PSR, através de léxicos qualificadores, utilizados nos discursos, articulando esses léxicos com as vozes dos atores sociais, estes que citaremos a seguir. Buscamos mapear nos discursos as instâncias de avaliação explícita, mas sabemos que a avaliação também se dá de maneira menos direta, então buscamos identificar as nuances avaliativas implícitas nos discursos, assim os Modos de Avaliação que aqui apresentamos foram identificados através dos discursos diretos e indiretos dos atores sociais. O Quadro 2 nos mostra a quais qualificadores essa população foi associada.

Quadro 2: Modos de avaliação a PSR

Modos de avaliação a PSR	Quantidade de vezes referenciados
Vulnerável/is	06
Seres de Contágio (COVID-19)	02
Grupo de risco	02
Invisibilizadas	02
Disseminadores do vírus (COVID-19)	01
Entulho	01
Criminalização	01
Invasores	01
Estigmatizados	01
Depredadores	01

Fonte: Autora (2020)

O Quadro 2 nos mostra os qualificadores utilizados para avaliar a PSR. O modo de avaliação “Vulnerável/is” foi o mais recorrente e foi utilizada por diferentes vozes dentro do *corpus* textual, como vozes de ministro, prefeito, secretário e pela voz autoral da redação do portal. Essa expressão também apareceu nos modos de referência direcionados a PSR. Através dos contextos dos discursos, diferenciamos quando essa expressão foi utilizada como forma de referência (já discutido anteriormente) e quando foi utilizada como

forma de avaliação.

As expressões “Seres de Contágio” e “Disseminadores do vírus (COVID-19)” são expressões que retratam os modos que essa população tem sido visibilizada nesse contexto da pandemia do COVID-19. A expressão “Seres de Contágio” apareceu em dois contextos diferentes. Na reportagem intitulada “**Pessoas em situação de rua temem aumento do preconceito após confirmação da 1ª morte por Covid-19 no RN**”, a expressão retrata a preocupação do MNPR/RN com a forma que essa população pode estar sendo avaliada pela sociedade, conforme nos mostra o trecho a seguir: “Nossa preocupação é que a população possa estar vendo as pessoas em situação de rua como **seres de contágio** (grifo nosso), pois nas ruas as pessoas em situação de vulnerabilidade por ausência de políticas públicas não têm onde fazer sua higiene pessoal”. E continua: “(...) já temos relatos de violência em algumas cidades como São Paulo, onde as pessoas que pedem dinheiro em sinais estão sofrendo agressões de motoristas, que atiram moedas com medo, disse” (DUARTE, 2020a).

Já na reportagem intitulada “**Comissão fiscaliza acolhimento à população de rua de Natal durante pandemia**” a expressão “Seres de Contágio” aparece juntamente a expressão “Disseminadores do vírus (COVID-19)” em tom de afirmação dessa realidade: “(...) trata-se de pessoas com mais chances de **contrair e de disseminar o vírus** (grifo nosso), por isso, precisa chegar às que ainda estão nas ruas o banho solidário, a conscientização, a imunização” (AGORA RN, 2020). Essa afirmação foi trazida pela voz de uma vereadora, que relatava a vulnerabilidade dessa população durante a pandemia e a necessidade de ações por parte do poder público.

A expressão “Entulho” foi trazida na reportagem intitulada “**Defensoria Pública averigua desalojamento de pessoas em situação de rua no Baldo**” pela voz autoral da redação da reportagem, conforme podemos observar no trecho a seguir: “A retirada das pessoas ocorreu na segunda feira, 20, e teria como objetivo recolher **entulhos** (grifo nosso) existentes na região do viaduto que podem fazer transbordar o canal do Baldo em época de chuva” (AGORA RN, 2020).

A reportagem retrata a retirada compulsória das pessoas em situação de rua na área do Viaduto do Baldo⁶, através de uma ação por parte da Prefeitura de Natal. O contexto da expressão pode apresentar dois sentidos. O primeiro que associa a PSR a produção de entulho (lixo) e o segundo que associa o termo a própria população já que essa população foi retirada do Viaduto do Baldo no intuito que os entulhos fossem removidos.

No imaginário social, as pessoas em situação de rua são associadas e caracterizadas pela pobreza, ao uso dos espaços públicos para realizar todas as atividades e necessidades humanas, reduzindo-as a percepções estigmatizantes, como por exemplo, à falta de higiene. Esse tipo de representação cria, assim, uma enorme distância social, marcada pelas fronteiras corporais “da sujeira, do corpo abjeto que assusta e afasta” (FRANGELLA, 2005, p. 209), que separa a pessoas em situação de rua do “outro social”.

A PSR também foi avaliada como “Grupo de risco” em dois momentos. Na reportagem “**Prefeitura de Natal vai abrigar moradores de rua em escolas**”, a discussão se volta ao anúncio de que o poder público se reuniu com representantes da igreja para divulgar a abertura de abrigos provisórios para a PSR. A voz autoral faz referência ao discurso dos representantes da igreja no seguinte trecho: “A Igreja tem manifestado preocupação com a situação dos moradores de rua que, por terem a imunidade mais baixa, já estão no **grupo de risco**” (AGORA RN, 2020).

Já na reportagem “**Movimento POPRUA⁷ realiza campanha de arrecadação em Natal e diz que ações do Poder Público são insuficientes**”, a voz autoral faz referência ao discurso do MNPR: “O Movimento (...) tem buscado articular junto a órgãos públicos soluções para garantir a proteção dessas pessoas, que muitas vezes estão em **grupos de risco**” (TUENIA, 2020). A reportagem traz a voz do MNPR para divulgar uma campanha de solidarie-

⁶ O Viaduto do Baldo fica localizado no bairro Cidade Alta em Natal-RN e é o lugar onde diversas famílias montaram abrigos em uma área externa da estrutura de concreto e cimento, sendo um retrato da situação de vulnerabilidade que muitas famílias enfrentam no que tange a falta de moradia e meios de sobrevivência. Lá existe uma ocupação organizada pelo Movimento PopRua e composta por diversas famílias em situação de rua. A ocupação foi denominada de Maria Lúcia Santos Pereira, em homenagem a uma das lideranças do grupo, morta em 2018 (DUARTE, 2020).

⁷ O Centro POP (Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua) é um equipamento público vinculado à Proteção Social Especial de Média Complexidade da Assistência Social, onde são ofertados serviços para pessoas em situação de rua (BRASIL, 2020).

dade que busca incentivar ações de contribuição para essa população enfrentar a pandemia da Covid-19.

As expressões “Criminalização”, “Invasores” e “Depredadores” evidenciam um caráter pejorativo aos modos de avaliação a PSR. O que nos chama atenção é que os três modos de avaliação partiram de uma só voz, em reportagens diferentes. As reportagens trazem a voz de representantes da sociedade, que contraditoriamente, deveria está garantindo os direitos e a dignidade das pessoas em situação de rua. As reportagens denunciam essa voz através da instituição “Prefeitura”.

A reportagem **“Manifestação por moradia digna reúne centenas de sem teto e pessoas em situação de rua em Natal”**, trata da ameaça de despejo de mais de 60 famílias do Viaduto do Baldo, por parte da prefeitura de Natal. Na reportagem, a voz autoral evidencia o seguinte trecho: “Na contração de sugerir soluções ou alternativas para o problema, a prefeitura **criminaliza** (grifo nosso) os sem teto ou pessoas em situação de rua” (LOPES, 2020a).

Na reportagem **“Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal”**, a pauta também é o despejo da PSR do Viaduto do Baldo, e observamos a voz do MNPR, em tom de crítica e denúncia sobre o posicionamento da prefeitura: “É uma arbitrariedade a prefeitura continuar recorrendo das decisões judiciais solicitando a reintegração de posse e jogar essas famílias nas ruas. Uma ação antidemocrática e que **criminaliza** (grifo nosso) os movimentos sociais” (ALMEIDA, 2020). Observa-se que o movimento reforça que a expressão “criminalização” se faz presente no discurso e nas ações da prefeitura, ao se reportar ao movimento.

Na reportagem **“Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”**”, a expressão também aparece, em outro contexto. O MNPR também reconhece e denuncia essa expressão nos discursos da mídia e como esse tipo de avaliação, sobretudo na pandemia, pode culminar na violência contra a PSR, conforme podemos observar no fragmento da reportagem: “Ele alerta ainda sobre o perigo eminente de um genocídio dessa parcela da população que está mais exposta aos riscos do

novo coronavírus e critica a forma como a cobertura midiática colabora para reforçar a **criminalização** (grifo nosso) da pobreza” (SÁ, 2020).

A expressão “Invasores” aparece na reportagem **“População em situação de rua desmente Prefeitura e quer negociar para evitar despejo das 30 famílias no Baldo”**, que traz a voz do MNPR e também problematiza a ação de despejo da PSR do Viaduto do Baldo. A reportagem apresenta o seguinte trecho:

A prefeitura de Natal deu sete dias para que as 30 famílias abrigadas na área externa do Viaduto do Baldo deixem o local por livre e espontânea vontade. Após esse prazo, segundo comunicado emitido pela SEMSUR, os moradores serão despejados. No aviso, a prefeitura se refere às famílias como invasores (DUARTE, 2020a).

A reportagem “Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal”, também trata de uma ação de despejo por parte da prefeitura de Natal, só que dessa vez, o foco seria a Ocupação Pedro Melo. Essa ocupação utiliza o antigo albergue administrado pela Prefeitura de Natal, abandonado há mais de 08 anos, no bairro da Ribeira⁸. A reportagem traz a voz do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas do Rio Grande do Norte (MLB), através do seguinte trecho: “A prefeitura afirmou que nós que **depredamos** (grifo nosso) o prédio, mas não aconteceu isso. A quantidade de lixo que tiramos no dia era enorme e mantemos a limpeza na ocupação diariamente” (ALMEIDA, 2020).

A expressão “Invisibilizadas” aparece em dois momentos e em ambos observamos que é a voz do MNPR que retrata essa realidade social da PSR. Na reportagem **“Pessoas em situação de rua do RN reivindicam abertura de espaços públicos como abrigos”**, observamos os seguintes fragmentos: **“Invisibilizadas** pelo cotidiano efervescente das grandes cidades, essas pessoas estão mais expostas aos riscos do novo coronavírus, e veem na pandemia o perigo iminente de um genocídio” (SÁ, 2020). Também na reportagem

⁸ A Ribeira é um bairro histórico da cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, localizado no lado leste da cidade. É considerado o bairro mais antigo da cidade e se tornou um bairro importante no que se refere ao desenvolvimento da cidade principalmente com a criação do Porto de Natal em 1932, momento em que se concentraram as principais empresas de importação e exportação, lojas, comércios e até mesmo órgãos públicos nessa região. Com a concentração de bens e riquezas na Ribeira, observou-se também a concentração de pessoas em situação de rua, que buscavam ter algum tipo de acesso ao trabalho, renda e meios de subsistência. Além disso, no bairro há equipamentos voltados a PSR como albergues (LIMA, 2014).

“Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”, que traz o seguinte trecho: **“Invisibilizadas** pelo cotidiano efervescente das cidades, as pessoas que estão nas ruas tiveram um caminho para chegar lá. Todos têm histórias” (SÁ, 2020).

Na primeira reportagem observamos as reivindicações dos movimentos, no início da pandemia do COVID-19, diante da situação de extrema vulnerabilidade que a PSR vinha enfrentando. A principal pauta é a solicitação ao poder público, por parte dos movimentos, de medidas efetivas para a abertura de espaços públicos para o acolhimento dos que vivem em situação de rua e também para os refugiados.

Já a segunda reportagem trata de uma entrevista com o MNPR, em que a pauta inicial é o reconhecimento da falta de políticas públicas voltadas para a efetivação de direitos sociais da PSR, sobretudo, durante a pandemia.

O reconhecimento da estigmatização da população em situação de rua aparece explicitamente em duas reportagens. Na reportagem **“População em situação de rua em Natal em tempos de pandemia”**, através da voz autoral, observamos o seguinte discurso: “A população em situação de rua no Brasil em tempos normais já é bastante vulnerabilizada, seja pelos **estigmas** sociais ou pela falta de políticas públicas” (FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL, 2020); e reforçado na reportagem **“Vanílson Torres: “Se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”** pelo o MNPR: “Mas ainda há **estigmas** e preconceitos por parte de alguns setores da imprensa (...)” (SÁ, 2020).

As duas reportagens retratam dois pontos de vista sobre a estigmatização da PSR. Na primeira reportagem a voz autoral reconhece que a vulnerabilidade dessa população é resultado dos estigmas sociais, bem como da carência de políticas públicas e complementa que com “a chegada do COVID-19, o drama social ainda fica pior”. Na segunda reportagem, o movimento é questionado sobre a forma que eles visualizam o papel da imprensa na abordagem de matérias sobre pessoas em situação de rua. A voz do MNPR reconhece a importância do papel da imprensa, mas explicita que, por desconhecer as questões da PSR, a imprensa continua reproduzindo a sua estigmatização.

Observa-se que os modos de avaliação que utilizam termos pejorativos e que demonstram como essas pessoas são tratadas no dia a dia nas ruas, foram os mais presentes nos discursos. Em contrapartida, não percebemos nenhuma avaliação que sugira um caráter positivo a PSR. Tais avaliações evidenciam o caráter negativo na representação da população em situação de rua e se sustentam em discursos de incômodo e de risco, produzindo marcação simbólica, “que é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído” (WOODWARD, 2008, p. 14).

Esses tipos de avaliações pejorativas em relação à população em situação de rua constituem as representações sociais dessa população e se materializam nas relações sociais. Tais avaliações interferem na constituição da identidade destas pessoas, uma vez que “identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2008, p. 08).

Concordando com Resende e Santos (2020), nos questionamos: Será que a repetição dessas avaliações pejorativas e sua aceitação pela sociedade, explicaria as constantes violações de direitos e a violência que apresenta, cada vez com maior frequência, com repetidas chacinas, assassinatos brutais de pessoas em situação de rua, por pessoas que não se identificam com elas? Uma vez que “a luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais: neste exemplo isso é visível nos conflitos entre os grupos em guerra e na turbulência e na desgraça social e econômica que a guerra traz” (WOODWARD, 2008, p. 08).

Esses modos de avaliação e classificação da PSR mostram como as relações sociais são organizadas e divididas, fornecendo novas formas de se dar sentido às desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados.

Importante também trazer à tona que a PSR é avaliada por outros; nas reportagens que compõem o nosso corpus, a PSR não fala por ela mesma, o que demonstra que essas pessoas não têm direito de voz, nem mesmo quando a sua vida é o tema das reportagens. O discurso da PSR é historicamente e sistematicamente omitido, a voz é silenciada. Esse movimento é intencional

e acaba por contribuir para a cristalização de certas condições sociais no intuito de não arranhar o verniz do que é moralmente e socialmente aceito.

Considerações finais

Para discutirmos as representações da PSR nos veículos midiáticos partimos dos léxicos utilizados como referências e modos de avaliação dessa população nas reportagens analisadas. Observamos a diversidade de termos e expressões que se fazem presentes no imaginário social e que, em sua maioria, evidenciam um caráter negativo para a representação da população em situação de rua. Trata-se de expressões pejorativas que se disseminam como conhecimento socialmente partilhado, com impactos na construção de suas identidades, posto que estas “adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas” (WOODWARD, 2008, p. 08).

Observamos a presença de diversos atores sociais que tiveram espaço de voz nas reportagens como: representantes públicos estatais representantes dos movimentos sociais, representantes da assistência social, representantes da garantia dos direitos sociais e as pessoas em situação de rua. Os representantes públicos estatais foram os atores com mais espaço e recorrência de voz nas reportagens, em contrapartida, para a PSR restou espaços restritos. Os diversos atores do discurso discorreram sobre o tema central das reportagens que tratam do Acolhimento Institucional da PSR no contexto da pandemia do COVID-19, apresentando nuances diferentes a essa discussão à medida que a realidade se modificava.

Importante considerar as representações discursivas realizadas pelo Movimento Nacional da População de Rua. Dentro desse contexto, a voz de Vanilson Torres, coordenador do movimento, é a mais recorrente nas reportagens, seguida das vozes dos membros do MNPSR/RN, a Defensoria Pública, a coordenação do Núcleo Especializado de Defesa dos Grupos Sociais Vulneráveis, o CRESS/RN e Membros do Fórum Direito à Cidade. Trata-se de discursos de reconhecimento de direitos, político e de resistência, que coloca a

PSR em um lugar de direito e de humanidade e que, portanto, deve ser vista, respeitada e colocada nas pautas das políticas públicas.

Observarmos através dos discursos dos atores sociais marcadores identitários que vão se inscrevendo no modo de ser da PSR. A representação da população em situação de rua nos discursos midiáticos aqui postos é que são eles o “outro” aqui tão evidenciado, são eles os diferentes e que apresentam características tão particulares que permite que sejam tratado com indiferença e que tenha várias de suas identidades negadas.

Nesse contexto pós-moderno, o ideal é que a identidade pudesse ser vista como “um manto leve pronto a ser despido a qualquer momento” (BAUMAN, 2005, p. 37). Diante da luta dos movimentos sociais que, historicamente buscam romper com as tensões hierárquicas entre dominantes e dominados, não deveria haver mais abertura para a manifestação da diferença, da negação do outro, da hostilidade das identidades, do ser e do viver.

Referências

AGORA RN. **Grupo Agora RN**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://agorarn.com.br/grupo-agora-rn/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

AGORA RN. **Prefeitura de Natal abre nesta sexta (15) mais um espaço para pessoas em situação de rua**. Natal: Agora RN, 2020a. Disponível em: <https://agorarn.com.br/geral/prefeitura-de-natal-abre-nesta-sexta-15-mais-um-espaco-para-pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em: 07 out. 2021.

ALMEIDA, A. **Prefeitura ameaça despejar moradores em situação de rua pela 3ª vez no antigo albergue de Natal**. Natal: A agência SAIBA MAIS, 2020. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/prefeitura-ameaca-despejar-moradores-em-situacao-de-rua-pela-3-vez-no-antigo-albergue-de-natal>. Acesso em: 13 out. 2021.

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro, [s.n.], 2005.

DERRIDA, J. **De la grammatologie**. Paris: Les éditions de minuit, 1967. 445 p.

DUARTE, R. **População em situação de rua desmente Prefeitura e quer negociar para evitar despejo das 30 famílias no Baldo**. Natal: A agência

SAIBA MAIS, 2020a. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/populacao-em-situacao-de-rua-desmente-prefeitura-e-quer-negociar-para-evitar-despejo-das-30-familias-no-baldo>. Acesso em: 14 out. 2021.

SCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. 2. ed. Brasília: Editora UnB, 2003. v. 1.

FÓRUM DIREITO À CIDADE NATAL. **População em situação de rua em Natal em tempos de pandemia**. Natal: A agência SAIBA MAIS, 2020. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/populacao-em-situacao-de-rua-em-natal-em-tempos-de-pandemia/>. Acesso em: 30 ago. 2021.

FRANGELLA, S. M. Moradores de rua na cidade de São Paulo: vulnerabilidade e resistência corporal ante as intervenções urbanas. **Cadernos MetrÓpole**, v. 1, n. 13, p. 199-228, 2005.

FREITAS, A. C. As identidades do Brasil: buscando as identificações ou afirmando as diferenças? *In*: RAJAGOPALAN, K.; FERREIRA, D. M. (org.). **Políticas em linguagem: perspectivas indenitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. p. 227-253.

FURINI, L. A. **População de rua, exclusão social em cidades brasileiras: um desafio para as políticas públicas**. São Paulo: UNESP, 2010.

GEHLEN, I.; MEIRELLES, M.; SCHUCH, P. Desafios metodológicos ao estudar a população em situação de rua. *In*: SCHUCH, P.; GEHLEN, I.; R. SANTOS (orgs.). **População de rua: políticas públicas, práticas e vivências**. Porto Alegre: Cirkula, 2017. p. 91-107.

GEHLEN, I.; SCHUCH, P. **Relatório quanti qualitativo, contendo o cadastro censitário e o modo de vida cotidiana da população adulta em situação de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: IFCH-Ufrgs; Fasc, 2016.

HALL, S. Quem precisa da identidade?. *In*: SILVA, T. T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

LEMÕES, T. **A família, a rua e os afetos: uma etnografia da construção de vínculos entre homens e mulheres em situação de rua**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2012. 170 p.

LIMA, B. M. **"Por esse pão pra comer, por esse chão pra dormir": Direito à cidade e população em situação de rua em Natal/RN**. 2014. 244 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

LIMA, F. R.; SILVA, J. A autoafirmação do “Eu” e a negação do “Outro”: princípios conflitantes de construção identitária na contemporaneidade. **Revista UNIABEU**, v. 10, n. 24, 2017.

LOPES, M. **Manifestação por moradia digna reúne centenas de sem teto e pessoas em situação de rua em Natal**. Natal: A agência SAIBA MAIS, 2020a. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/manifestantes-percorrem-ruas-do-centro-e-vao-a-prefeitura-de-natal-pedir-melhores-condicoes-de-moradia/>. Acesso em: 14 out. 2021

OLIVEIRA, F. J.; FEITOSA, M. Z. S. Representações sociais e população em situação de rua: a visibilidade construída pela mídia. **Revista FSA**, v. 13, n. 2, p. 226-243, 2015.

PORTAL DO RN (Rio Grande do Norte). **Missão**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.]. Disponível em: <https://portaldorn.com/missao>. Acesso em: 30 abr. 2022.

RESENDE, V. M. Violência simbólica: representação discursiva da extrema pobreza no Brasil - relações entre situação de rua e vizinhança. **Revista Discurso & Sociedad**, v. 9, n. 2, p. 106-128, 2015.

RESENDE, V. M.; SANTOS, A. A. A representação de pessoas em situação de rua quando vítimas de chacina: uma análise discursiva crítica. **Revista Latinoamericana de Estudios del Discurso**, v. 2, n. 12, p. 81-102, 2020.

ROSA, A. DA S.; CAVICCHIOLI, M. G. S.; BRÊTAS, A. C. P. O processo saúde-doença-cuidado e a população em situação de rua. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 13, n. 4, p. 576-582, 2005.

SA, J. Vanílson Torres: “se houver políticas públicas as pessoas sairão da situação de rua”. Natal: **A agência SAIBA MAIS**, 2020. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/vanilson-torres-se-houver-politicas-publicas-as-pessoas-sairao-da-situacao-de-rua>. Acesso em: 20 ago. 2021.

SAIBA MAIS (Rio Grande do Norte). **Quem somos**. [s.l.]: [s.n.], [s.d.] Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/quem-somos/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

SANTOS, N. D. **O Movimento nacional da população de sua/núcleo Londrina: uma trajetória de luta**. 2012. 117 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) - Departamento de Serviço Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A "situação de rua" para além de determinismos: explorações conceituais. *In*: DORNELLES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. **A rua em movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. 3. ed. Porto Alegre: Editora do Brasil, 2012. p. 11-26.

TUENIA, K. **Movimento PopRua realiza campanha de arrecadação em Na-**

tal e diz que ações do Poder Público são insuficientes. Natal: A agência SAIBA MAIS, 2020a. Disponível em: <https://www.saibamais.jor.br/movimento-poprua-realiza-campanha-de-arrecadacao-em-natal-e-diz-que-aco-es-do-poder-publico-sao-insuficientes/>. Acesso em: 10 out. 2021.

VAN LEEUWEN, T. **Discourse and practice:** new tools for critical discourse analysis. New York: Oxford University Press, 2008.

VIEIRA, M. A. DA C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. **População de rua:** quem é, como vive, como é vista. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. *In:* SILVA, T. T. DA (ed.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 7-72.

WOODWARD, K.; SILVA, T. T. (org.); HALL, S. **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. [s.l.]: Editora Vozes, 2000.